



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Introdução do trabalho	17
Introdução do tema	18
Crescimento do crime cibernético	22
Necessidade de novas ferramentas digitais de investigação	25
Problemas decorrentes das novas ferramentas de investigação no ambiente digital	29
1. CONCEITOS ÚTEIS QUANTO À PROVA DIGITAL	35
1.1. Breves noções sobre Direito Digital	35
1.1.1. Internet no mundo e no Brasil	35
1.1.2. Classificação dos dados eletrônicos de comunicação	36
1.1.3. Relevância dos metadados	38
1.1.4. Intervenção e interceptação dos dados eletrônicos de comunicação	39
1.2. Dispositivo eletrônico	40
1.3. Arquivos de log	42
1.4. Endereço IP e porta lógica	43
1.5. Provedores de estrutura, conexão e aplicação	45
1.6. Registros de conexão e de aplicação de internet	49
1.7. Deleção, exclusão e desindexação	50

1.8.	Computação em nuvem	53
2.	PROVA DIGITAL	57
2.1.	Direito fundamental à prova	57
2.2.	Conceito de prova digital	58
2.3.	Natureza jurídica da prova digital	60
2.4.	Classificação	61
2.5.	Características da prova digital	62
2.5.1.	Imaterialidade ou intangibilidade	62
2.5.2.	Volatilidade ou fragilidade	63
2.5.3.	Dispersão	64
2.6.	Armazenamento e transmissão em meio eletrônico	64
2.7.	Cadeia de custódia específica	67
2.7.1.	Introdução	67
2.7.2.	Autenticidade	70
2.7.3.	Integridade	71
2.7.4.	Completeness	73
2.7.5.	Auditabilidade e reprodutibilidade	74
3.	RELATIVIZAÇÃO DE DIREITOS INDIVIDUAIS DIANTE DA CAPACIDADE INTRUSIVA DA PROVA DIGITAL	77
3.1.	Direitos individuais relativizados pelo princípio da proporcionalidade	77
3.2.	Autodeterminação informacional	78
3.3.	Confidencialidade, integridade e disponibilidade do sistema e dos dados informáticos	80
3.4.	Privacidade	81
3.5.	As três gerações do direito probatório em relação ao direito à privacidade	84
3.5.1.	Primeira geração	84

3.5.2.	Segunda geração	85
3.5.3.	Terceira geração	86
3.6.	Direito à privacidade no mundo e no Brasil	87
3.6.1.	<i>Third party doctrine</i>	91
3.6.2.	Declaração Universal dos Direitos do Homem, Convenção Europeia de Direitos Humanos, Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia e Convenção Americana sobre Direitos Humanos	92
3.6.3.	Constituição da República Federativa do Brasil, Marco Civil da Internet e Lei Geral de Proteção de Dados	93
4.	<i>POLICEWARE</i>	103
4.1.	Aspectos introdutórios do <i>policeware</i>	103
4.2.	Delimitação do conceito de <i>policeware</i>	108
4.3.	Primórdio do <i>policeware</i>	110
4.4.	<i>Policeware</i> na Alemanha	112
4.5.	<i>Policeware</i> na Áustria	139
4.6.	<i>Policeware</i> na França	141
4.7.	<i>Policeware</i> na Espanha	151
4.8.	<i>Policeware</i> na Itália	162
4.9.	<i>Policeware</i> na Finlândia	166
4.10.	<i>Policeware</i> na Estônia	167
4.11.	<i>Policeware</i> no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem	167
4.12.	<i>Policeware</i> no HIPCAR	180
4.13.	<i>Policeware</i> no Brasil	185
4.14.	Uma proposta de <i>policeware</i> ao Brasil à luz dos parâmetros constitucionais	189
5.	CONCLUSÃO	195
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	221